



## MEMÓRIAS DO NOROESTE DE MINAS NO SÉCULO XIX: SILENCIAMENTOS E RESISTÊNCIAS

GAMA, Alexandre de Oliveira

*Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação de História da Universidade de Brasília/Professor do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu.*  
*alexandregama@iftm.edu.br*

463

### RESUMO

Todos os anos, no dia 20 de outubro, Paracatu, cidade pólo do noroeste mineiro, celebra as comemorações de seu aniversário. Tanto nas atividades que compreendem esta data quanto através dos escritos da historiografia tradicional, o século XVIII é mencionado como um marco responsável pela constituição, desenvolvimento e esplendor do centro histórico de Paracatu. Entretanto, esses mesmos memorialistas que ressaltam as características e esplendor da cidade nesse período silenciam sobre a importância para o desenvolvimento de Paracatu de regiões que estão distantes desse núcleo (como áreas quilombolas), atribuindo ao século XIX a representação de uma época de decadência e isolamento. Este artigo pretende revelar a importância dessas regiões para a cidade e as lutas de memórias que estão por trás desses silenciamentos.

**Palavras-chave:** Paracatu. Patrimônio. Disputas de memórias.

### ABSTRACT

Every year, at October the 20th, Paracatu, main city in Minas' Northwest, celebrates the festivities of its foundation. In the events taking place in this occasion as well as in traditional historiography, the 18th century is alluded to as the milestone for the constitution, development and splendor of its historic center. However, the same memorialists that underscore the city's golden age in this period are silent on the matter of the importance of areas faraway from this regional core (as the "quilombola" communities) for the development of Paracatu, ascribing to the 19th century the depiction of an age of decay and isolation. This article intends to reveal the importance of these areas for Paracatu, and the struggle behind the stifling of these memories.

**Key-words:** Paracatu. Heritage. Disputes memories.

### I. Introdução

Paracatu, cidade a 240 km de Brasília, no noroeste de Minas Gerais foi descrita inicialmente como um lugar de passagem de expedições terrestres que procuravam indígenas na região sob o ciclo do bandeirantismo na virada do século XVI para o XVII (MELLO, 1983, p.



19-20). Sob o ciclo do ouro no século XVIII, desenvolveu-se a ponto de representar uma das grandes economias da coroa na colônia (CARVALHO, 1992, p. 66). Várias estradas e picadas que ligavam diversas regiões do país a Goiás (Maranhão, Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro além da mineira) fizeram do pequeno arraial um importante ponto de confluência desses diversos caminhos com passagem pelo Brasil central (COSTA, 2005, p. 101). Apesar de se encontrar no interior do sertão das Minas Gerais, distante dos demais núcleos mineiros (Vila Rica, Mariana, Sabará, São João Del Rei) e pelo fato de a descoberta de suas minas ter se dado quase meio século depois da descoberta do ouro nas outras cidades de Minas, nas fontes consultadas Paracatu está integrada a essas regiões, é dinâmica, não se encontra distante e, muito menos, isolada.

Esta é a representação da cidade - inicialmente denominada Arraial de São Luiz e Sant'Anna das Minas do Paracatu (por volta de 1730) e, mais tarde, em 1798, Villa de Paracatu do Príncipe - consolidada na historiografia da região no que diz respeito ao recorte temporal relativo ao seu período aurífero, a partir do segundo quartel do século XVIII. Nos documentos que tratam deste período, o Arraial de Paracatu teria se tornado a grande *encruzilhada* do Brasil central.

Entretanto, a Paracatu do século XIX (vila desde 1798 e, a partir de 1840, cidade) e da primeira metade do XX passa a ser representada de maneira oposta pela historiografia. Todos os caminhos que antes vinculavam o arraial aos rincões da Colônia parecem ter desaparecido dos documentos consultados. O que não tinha sido problema para a época anterior (a distância do litoral e dos outros centros auríferos), agora se torna um dos principais motivos para a *decadência* da cidade.

Assim o século XIX em Paracatu é retratado pelas fontes consultadas como um período de “atraso” e “decadência”, com sua sociedade vivendo em estado de precariedade material e física. Tudo parece mudar, segundo levantamento da historiografia da região, a partir da construção de Brasília entre 1957 e 1960, quando a Paracatu de outrora, a Paracatu do século XVIII, do auge da exploração aurífera, parece ter sido “resgatada” nas narrativas encontradas em jornais e livros escritos por paracatuenses naquele período.

Essa representação de decadência e atraso foi reforçada de tal forma que a cidade ficou conhecida como a “eterna prisioneira das distâncias silenciosas” (MELLO, 1993, p. 43). Situação que somente teria sido revertida com a construção de Brasília. A ideia propagada nas



leituras feitas para essa pesquisa, passam a imagem de que Juscelino Kubitschek vai trazer a Paracatu a condição perdida de *encruzilhada* do Brasil central.

No período da construção de Brasília, Paracatu foi marcante para a vida da nova Capital do País que se levantava. E, além de passagem obrigatória de todos que se demandavam do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte, era alvo de atenções pelo seu aspecto colonial e pela característica do isolamento que viveu durante séculos. Brasília muito iria exercer influência no seu despertar. Paracatu tornava-se novamente caminho rumo ao Oeste, como o fora no século XVIII, para os que procuravam o ouro dos Martírios (Mello, 1990, p. 207).

É interessante como uma determinada memória coletiva parece confirmar Brasília como um marco, um rasgo na história da cidade, marcada pela permanência da tradição do tempo lento e de um estilo de vida pacato com aspectos rurais. Existe essa memória da “não transformação” em Paracatu, como se o tempo de *isolamento* e *decadência* do período logo após o declínio da mineração perdurasse do final do século XVIII até meados do XX.

Como Paracatu durante o século XVIII e parte do XIX correspondia a todo o noroeste de Minas, focamos nessa cidade o estudo sobre as disputas de memórias no noroeste de Minas. Além disso, é hoje a única cidade a manter e preservar um centro histórico na região (tombado no ano de 2010 pelo Instituto de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural – IPHAN). Em Paracatu se comemora todos os anos, no dia 20 de outubro, o aniversário da cidade. As referências às suas histórias são comumente remetidas e limitadas ao século XVIII. Os desfiles cívicos exaltam o ouro, a história exalta o período do ouro (século XVIII), os jornais exaltam a Paracatu do “ouro e do esplendor”, mas e o século XIX? Será que os eventos e fatos que ali aconteceram em nada contribuíram para o desenvolvimento da cidade?

Autores como Oliveira Mello (que escreveu mais de 40 livros sobre a história e memória da cidade), Maria da Conceição Amaral Miranda de Carvalho (1992), Afonso Arinos de Mello Franco – sobrinho (1955), Waldemar de Almeida Barbosa (1995), Diogo de Vasconcelos (1999), Ricardo Ferreira Ribeiro (2006) fornecem através de seus escritos os elementos que fundamentaram ao longo do tempo essa determinada memória que exalta dois momentos específicos de sua história (o século XVIII, como a época do esplendor do ouro, e meados do século XX, como aquele em que se recupera tal tempo, através da construção de Brasília em 1960), mas silencia sobre o que se encontra entre esses dois períodos: o século XIX.

O que me inquietou em tudo isso e me impulsionou a fazer esta pesquisa foi procurar compreender porque esse discurso memorialista silencia parte significativa da memória do



século XIX da cidade. O que estaria por trás desse fato? O que se “esconde” (ou se procura “confinar”) nesse século? Isso é o que pretendemos discutir e procurar revelar ao final deste artigo.

## II. Reflexão teórica

Para amparar esta pesquisa, lanço mão de alguns fios teóricos que vêm sendo tecidos no campo da história para esse tipo de reflexão que proponho fazer sobre as representações e memórias criadas em torno da cidade de Paracatu desde o século XVIII.

Ressalto, em primeiro lugar, a importância da noção de representação para a constituição desta pesquisa. Dentro dessa nova perspectiva dos estudos históricos, as imagens construídas pelos homens, sejam em documentos escritos ou imagéticos devem ser consideradas como formas de representação pelo qual os indivíduos e grupos dão sentido ao mundo em que vivem. Conforme Sandra Pesavento, as representações são “*matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real*” (PESAVENTO, 2003, p. 39).

Analisando o campo da dinâmica social das representações, Jodelet afirma que toda a representação traz a marca do sujeito que a produziu e de sua atividade. Assim se estabelece a necessária relação entre o objeto representado e as condições de produção desta obra. Pois, segundo a autora, a posição social que os sujeitos ocupam ou as funções que assumem “*determinam os conteúdos representacionais e sua organização, por meio da relação ideológica que mantém com o mundo social*” (JODELET, 2001, p. 22). Destaco aqui a importância de relacionar os conteúdos representacionais das obras analisadas às marcas de seus autores, ou seja, de procurar nas representações elaboradas por eles, as posições dos sujeitos que as produziram, buscando relacioná-las também ao contexto nas quais os mesmos sujeitos se inserem.

Essas reflexões relativas à noção de representação vão ao encontro do pensamento de Roger Chartier, que trabalha com a ideia de “mundo como representação”. Para ele, os documentos, vistos sob este ponto de vista, constroem significados sobre uma determinada realidade e esses significados não estão isentos de intenções, não são narrativas neutras, pois, conforme argumenta Chartier:



As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 1990, p 17).

Percebe-se, na afirmação acima, a grande contribuição de Chartier no sentido de realçar a historicidade intrínseca de qualquer representação, ou seja, à necessidade de se analisá-la à luz do momento histórico de sua produção e circulação pelo grupo social que a compôs e/ou a recebeu.

Neste sentido, cabe ainda destacar, nas reflexões de Roger Chartier, a importância de se perceber as representações como estando sempre inseridas num *“campo de concorrências e de competições, cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação”* (CHARTIER, 1990). Como se pode perceber, o autor recusa a concepção de representação como algo totalmente consensual, livre de contradições e disputas, antes a inserindo numa relação direta com conflitos e disputas simbólicas. Ao analisar as representações e memórias coletivas que a cidade de Paracatu adquire ao longo do tempo, não exclui o fato de que o que temos nesse tempo são resultados de lutas de representações, disputas que, para o autor, *“tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio”* (CHARTIER, 1990, p. 17).

Sendo assim, nesta pesquisa que desenvolvo, endosso o ponto de vista de Michel Pollak, quando este autor constata que os pesquisadores atuais têm demonstrado sua predileção pelos conflitos e disputas em detrimento dos fatores de continuidade e de estabilidade entre os seus objetos de pesquisa (POLLAK, 1992, p. 5).

Neste ponto, as percepções das narrativas ora assinaladas como portadoras/criadoras de representações sociais entrecruzam-se com os estudos que evidenciam o peso da memória no interior da atividade historiográfica. Parto do pressuposto de que as representações elaboradas sobre a cidade de Paracatu são responsáveis pela produção de uma determinada memória (ou, mais propriamente, memórias) sobre os períodos retratados, pois aquilo que representam, não é o passado em si, mas aquilo que seus criadores desejam solidificar no imaginário social.

Com esta afirmação, já se torna evidente que parto do princípio de que a memória é um fenômeno construído, e não um fragmento do passado, revivido em sua forma pura e intacta. Vários estudiosos percebem a memória segundo a perspectiva apontada. A partir de agora, passo a citar alguns deles.



Para Maurice Halbwachs, toda memória individual tem em si um caráter social. Com isso ele afirma que não existiria a memória individual no sentido mais estrito da expressão. Tudo que o indivíduo lembra dependeria de suas relações com a família, com a escola, com a profissão, com a igreja, enfim, com os grupos de convívio e de referências peculiares a esse indivíduo. Segundo ele, *“acontece com muita frequência que nos atribuímos a nós mesmos, como se elas não tivessem sua origem em parte alguma senão em nós, ideias e reflexões, ou sentimentos e paixões, que nos foram inspirados por nosso grupo”* (HALBWACHS, 2004, p. 51). Como afirma Ecléa Bosi, enfatizando o papel desse autor para o estudo da memória, *“Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade”* (BOSI, 2006, p. 18).

Outra contribuição de Halbwachs refere-se ao seu entendimento de que a memória é um fenômeno construído coletivamente e que, portanto, está submetido às flutuações, transformações e mudanças constantes que o presente impõe sobre a mesma. Segundo o autor, lembrar não é reviver, mas refazer com imagens e ideias de hoje as experiências do passado (HALBWACHS, 2004, p. 56-57).

Também Walter Benjamin valoriza as ações do presente sobre o ato de rememorar (BENJAMIN, 1987). Ele afirma que o passado não se constitui como um devir abstrato no tempo permanecendo fixo e imutável. Do passado, só nos restam fragmentos que vem aos pedaços e, portanto, não possuímos a capacidade de compreensão desse passado em toda a sua inteligibilidade. Somos nós quem o construímos, atribuindo sentidos para esses fragmentos. Percebe-se com isso, que a concepção benjaminiana da história é aquela que concebe o passado como estando sempre (re)significado pelo presente. A perspectiva apontada pelo autor tem a memória como elemento fundamental para a elaboração dessa nova temporalidade.

É através da memória que aqueles indivíduos invisíveis e anônimos para a historiografia tradicional passam a reivindicar o seu espaço no presente. Rememorar, para essas pessoas, é atualizar o passado, e não simplesmente evocá-lo. É trazer para o presente o resultado das experiências vividas para inseri-las num campo de batalhas. É, enfim, situar a memória num *“tempo saturado de ‘agoras’”* (BENJAMIN, 1987, p. 229). Assim, Benjamin evidencia o papel da memória para o ofício do historiador, apresentando uma proposta de tempo histórico descontínuo, marcado por rupturas e reconfigurações que são sempre elaboradas à luz do presente.





Avançando nas discussões relativas ao papel da memória para a história, os estudos de Michel Pollak constituem um instrumental teórico fundamental para os objetivos da presente pesquisa (POLLAK, 1989, 1992). O referido autor não desconsidera o caráter coletivo, seletivo e construtivo da memória revelado por Halbwachs; antes o reforça. Seu destaque se dá pelo fato de que não interpreta a memória coletiva somente por aquilo que ela teria de positivo: reforça a coesão social, estabelecendo no grupo que a compartilha o sentimento de pertencimento, de identidade, como propõe Halbwachs. Pollak, inversamente, destaca os seus aspectos “negativos”, ou seja, seu caráter uniformizador e opressor da memória oficial, procurando impor a sua hegemonia sobre as memórias de grupos marginalizados, a qual Pollak denomina de “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989, p. 4). Introduce, assim, um sentido político ao papel da memória, que passa a contribuir para fixar as relações de poder, já que cada memória coletiva atua no sentido de tentar impor a sua visão do passado sobre as outras.

Vista dessa forma, a memória perde seu caráter consensual e passa a ser percebida no interior de um campo de disputas e embates. Essa abordagem, como afirma Pollak, privilegia “os processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias” (POLLAK, 1989, p. 5).

As representações elaboradas sobre a cidade de Paracatu evidenciam essas “batalhas de memória”. Os escritores que escrevem sobre a história da Paracatu e políticos que falam da cidade depois da construção de Brasília em 1960 reforçam a construção da imagem da cidade que rompe um longo período de “decadência” e “isolamento” que a teria marcado desde a decadência do ouro no final do século XVIII. Entretanto, quando Olympio Gonzaga escreve sobre a cidade no início de 1900, descreve “outra” cidade, dinâmica e com significativo destaque no comércio (GONZAGA, 1910). Porque as informações contidas nessa obra tão fundamental para a compreensão da história da cidade e, por conseguinte, do noroeste, não são divulgadas?

Aqui, retorno à Pollak para destacar a noção que ele constrói sobre o “trabalho de enquadramento de memória” (POLLAK, 1992, p. 5). Segundo ele, toda memória coletiva tem como função manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo mantém em comum, marcando sua identidade. Para isso, faz-se necessária a constituição de quadros de referência e, no estabelecimento dessas referências, vale ressaltar o importante papel do silêncio nas narrativas de memórias. Por que toda a dinâmica da cidade durante o século XIX foi apagada posteriormente no século XX? O que foi ocultado pelos escritores que escrevem



durante a construção de Brasília? Como afirma Pollak, a memória é organizada em função das preocupações do presente, portanto, tudo aquilo que ela “*grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização*” (POLLAK, 1992, p. 5). Sobre isso, veremos a seguir.

### III. A cidade, o patrimônio histórico e as memórias silenciadas

Mês de outubro, aniversário da cidade de Paracatu, comemorações, desfile das escolas do Município e muita história para contar. Conta-se sobre a chegada dos bandeirantes Felisberto Caldeira Brant e José Rodrigues Fróis disputando o ouro do Arrayal de São Luiz e Sant’Anna das Minas do Paracatu que em 20 de outubro de 1798 seria elevada à categoria de Villa, mais especificamente, Villa de Paracatu do Príncipe. Divulga-se as imagens das Igrejas (Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Livres, construída em 1744, e a Catedral de Santo Antônio erguida em 1746), do chafariz e as imagens das casas tradicionais do Núcleo Histórico de Paracatu recheiam matérias jornalísticas, propagandas oficiais e de empresas variadas parabenizando Paracatu pelos seus mais de duzentos anos... enfim.

Pelo que se vê, a cidade se basta. Existe por si mesma. E deve tudo o que tem de histórico, ao ouro! E se aquele arraial ou vila do princípio não fosse tudo que imaginamos, não existisse por si mesma, mas dependesse de outras áreas que não estão dentro do núcleo histórico? E se essas áreas estivessem relativamente afastadas? E se fossem áreas ocupadas predominantemente por negros? E quilombolas? Não seria melhor esquecê-las? Não seria melhor deixá-las no entorno (geográfico e histórico)? Não seria interessante para os “proprietários” da cidade e educadores do século XIX que viviam no núcleo histórico com suas famílias simplesmente silenciá-los?

Lembro-me de Walter Benjamin com suas reflexões sobre a natureza da história. Para este filósofo alemão, todo documento histórico é um *documento de barbárie* (BENJAMIN, 1987, p. 225). Por que documento de barbárie? Porque qualquer documento não contempla a história como um todo, mas sempre irá silenciar algo, sejam pessoas, comunidades, idéias, pensamentos divergentes, enfim, ao falar, o historiador e a própria história seleciona, e por isso mesmo, também silencia!





Como vimos, apesar de as comemorações do aniversário da cidade de Paracatu e a historiografia tradicional ressaltar uma história sobre seu núcleo histórico focada nessa memória quase “oficial”, a pergunta que fazemos agora é: “o que então foi silenciado por essa história/memória oficial?”

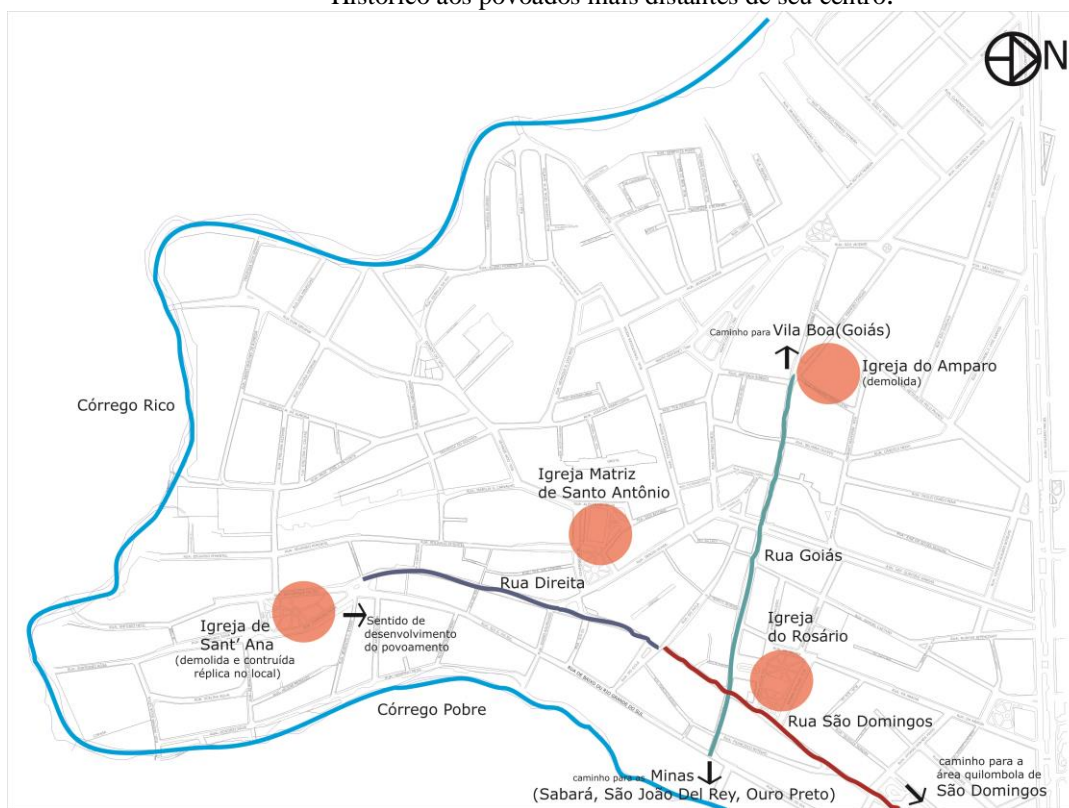
Percebo pelos documentos históricos (de barbárie, sempre!) que a história do Núcleo tradicional de Paracatu somente se desenvolveu devido ao seu forte vínculo com áreas como a do povoado quilombola de São Domingos, do São Sebastião e da Lagoa de Santo Antônio. Apesar disso, são regiões esquecidas, silenciadas, cuja história não é enfatizada ou discutida durante as comemorações do aniversário da cidade. O que faço a partir de agora é tentar lançar luz sobre algo muito pouco discutido pela historiografia da região.

Paracatu se desenvolveu em torno de dois grandes eixos. O primeiro vinculado pela formação de três grandes e principais igrejas, ligadas pela rua Direita e Goiás: a Igreja de Sant’Anna (1736), a de Nossa Senhora do Rosário (1744), e entre as duas, a de Santo Antônio (1746).

Um outro grande eixo vinculava esse núcleo aos povoados mais distantes, que também estiveram associados aos bandeirantes e a exploração do ouro, e chegaram a ser, alguns deles, tão ricos quanto o Arraial que se formava nessa região, em Paracatu. Este eixo era um prosseguimento da rua Direita, que a uma determinada altura passava a ser chamada rua São Domingos (FIGURA 1). Ele, portanto, remetia ao segundo núcleo de exploração aurífera descoberto por outro bandeirante, José Rodrigues Fróis, na mesma época (e talvez um pouco antes) da descoberta do ouro pelo bandeirante Felisberto Caldeira Brant, nessa região da cidade. Adiante do São Domingos, encontra-se o povoado de São Sebastião, e um pouco mais à frente, o da Lagoa de Santo Antônio. A importância e descrição de cada uma dessas regiões e povoados para Paracatu deu-se, sobretudo, durante o século XIX. Descrevo sobre cada uma dessas regiões a partir de agora.



FIGURA 1 - O grande eixo que se segue à Rua Direita, mais à frente chamada São Domingos. Vincula o Núcleo Histórico aos povoados mais distantes de seu centro.



Fonte: IPHAN, 2009, p. 46.

### a) O Povoado Quilombola de São Domingos.

A comunidade de São Domingos encontra-se a dois quilômetros da cidade de Paracatu. O povoado foi um dos primeiros núcleos a se estabelecer na região, por decorrência da chegada de um bandeirante vindo da Bahia para essas bandas à procura de ouro. José Rodrigues Fróis, ao encontrar ouro no córrego que batiza de São Domingos, fixa com seu grupo no lugar e dá início ao seu conseqüente povoamento (MELLO, 1983, p. 21-22). É este bandeirante que levará ao conhecimento da Coroa portuguesa tais descobertas, motivo pelo qual se tornará o administrador das minas de todo *Arraial de São Luiz e Sant'Anna das Minas do Paracatu* (GONZAGA, 1910, p. 8).

Desde então, o São Domingos se caracterizou como uma área de grande presença da comunidade negra devido a grande exploração aurífera e mão de obra escrava na região. Isso, inclusive, pode ser percebido entre os habitantes ainda hoje, descendentes de três principais troncos familiares: Ferreira, Lopes e Pinheiro (MENESES, 2008, p. 58-63).



As marcas desse tempo da escravidão no lugar ficaram registradas na terra, com a presença de muros de pedras, canais de captação da água da chuva (FIGURA 2), o cemitério que remonta ao século XVIII, cachimbos antigos que ainda são encontrados enterrados no lugar e uma igreja antiga, presente somente na memória e por documentação fotográfica (MENESES, 2008, p. 33). Algumas edificações ainda preservam seu estilo e soluções arquitetônicas bem vernacular, com a utilização de adobe e cerâmica artesanal.

A comunidade de São Domingos ocupa uma área cercada por córregos e nascentes da encosta do Morro do Ouro e do Pina. Esse ambiente foi propício para o desenvolvimento do povoado que, por muito tempo e, sobretudo, durante o declínio da produção aurífera no século XIX, abasteceu Paracatu com frutas, verduras, tubérculos, doces e artesanatos. Por isso, ficou conhecida como o celeiro de Paracatu: mandioca, frutas, milho, feijão, doces, leite, rapadura, açafrão, entre outros eram vendidos em tabuleiros na cidade (MENESES, 2008, P. 71).

Uma marca da importância da relação e interação entre o centro histórico de Paracatu e o São Domingos permanece até os dias de hoje, através da rua conhecida antigamente como Rua São Domingos. Essa rua pode ser vista como um prosseguimento da antiga Rua Direita, a principal do período colonial, que se estendendo da área de mineração do Santana, seguindo cortando parte da cidade até que, com poucos acidentes, em forma quase retilínea, vinculava (e vincula) a região central do Núcleo Histórico da cidade de Paracatu à região do São Domingos (FIGURA 1). Era por meio dessa passagem que circulavam todas aquelas mercadorias que no passado abasteciam a cidade com seus variados gêneros alimentícios, contam os moradores mais antigos.



Figura 2: Canais de canalização da água da chuva feitos pelos escravos (no canto inferior esquerdo, um muro de pedras da época).



Fonte: MENESES, 2008, p. 73.

474

Figura 03: Forno artesanal para produção de biscoitos.



Fonte: MENESES, 2008, p. 82.

Figura 04: Edificações no São Domingos integradas à natureza.



Fonte: MENESES, 2008, p. 34.





## b) O Povoado da Lagoa de Santo Antônio.

Próximo ao São Domingos e a 15 km do centro de Paracatu encontra-se o povoado da Lagoa de Santo Antônio, sendo que no final do século XVIII para o início do XIX a região “*foi o mais prospero de todos naquelles tempos, chegando a possuir para mais de cem casas e ranchos e mil habitantes! Tinha diversos negocios de fazendas, medico e pharmacia*” (GONZAGA, 1910, p. 14). As três principais famílias que davam as cartas e patrocinavam as festas do lugar ‘com grande pompa’, segundo Olympio Gonzaga, eram a de Manoel d’Affonseca Silva, que ficou famoso por, antes mesmo da Lei Áurea, ter se adiantado nos princípios de defesa dos direitos humanos revelando suas disposições contrárias a escravidão, libertando na pia batismal os filhos dos escravos que nasciam em suas terras; também a família de Joaquim Martins Ferreira e a família de Manoel José da Cunha, casado com Dona Helena Rodrigues Fróis (esta em segundas núpcias), irmã de José Rodrigues Fróis, o primeiro bandeirante a explorar ouro em Paracatu, no São Domingos, conforme já visto (GONZAGA, 1910, p. 6-7).

O casario da Lagoa preserva as soluções e tipologias arquitetônicas muito próximas às do centro histórico da cidade (FIGURAS 5, 6 e 7). Os vãos predominantemente verticais, a cobertura em duas águas, uma dando para o fundo e outra para a frente do lote, típicas do barroco estradeiro (ÁVILA, 2004, p. 35 e 110). Mas, também, referências de arquiteturas ecléticas, semelhantes as encontradas no Núcleo tradicional de Paracatu.

A quantidade de profissionais e personalidades que nasceram ou se formaram e trabalharam nesse povoado demonstra o largo trânsito de ideias, saberes, práticas que a vincularam com a cidade de Paracatu (GONZAGA 1910, p. 14).

Figura 5: Ed. tradicional.



FOTO: Alexandre Gama (2010).

Figura 6: Ed. Tradicional.



FOTO: Alexandre Gama (2010).

Figura 7: Ed. Tradicional.



FOTO: Alexandre Gama (2010).



### c) O Povoado de São Sebastião

Um pouco depois do arraial de São Domingos encontra-se o arraial de São Sebastião, também com sua origem relacionada à época da exploração do ouro, já em meados do século XVIII. Entretanto, ao contrário dos demais núcleos de povoamento, este não esteve diretamente associado com a exploração aurífera.

Desde sua formação, o povoado de São Sebastião esteve associado à produção agrícola de produtos variados. Na narrativa de Olympio Gonzaga, desde o século XIX a região permanecia envolvida com o mesmo tipo de produção: *“Do alto do morro de São Sebastião, o observador contempla os extensos canaviaes e roças, ouvindo o troar animador dos engenhos de moer canna, daqueles honrados lavradores, que herdaram de seus avós o amor e a perseverança no trabalho!”* (GONZAGA, 1910, p. 13).

Entre as personalidades envolvidas com a fundação do povoado, são mencionadas por Olympio Gonzaga o coronel Theodosio Duarte Coimbra, possuidor de muitas terras e gado além de outras riquezas. No mesmo texto citado acima, afirma que *“era homem de gênio facilmente irritável, orgulhoso, gostava de mostrar o poderio de sua fortuna. Vingativo, não dava passagem à mais leve offensa que lhe fizesse, ou a seus amigos, razão pela qual era o mandante de varios crimes”* (GONZAGA, 1910, p. 13). Por isso, o historiador afirma que para evitar qualquer ‘perseguição’ do Ouvidor que havia acabado de chegar na Vila de Paracatu em 1799, Dr. José Gregorio de Moraes Navarro, o presenteou com um aparelho todo de ouro, para café. Também ressalta que foi possuidor de numerosos escravos que trabalhavam em minas profundas.

O fato de Gonzaga mencionar que possuía *numerosos* escravos e trabalhava com a exploração de minas, além de também colocar entre os fundadores desse povoado o Capitão João de Oliveira Paes, dono de uma *‘machina de socar ouro’* e o filho do bandeirante Fróis, Theodosio Rodrigues Fróis, demonstra que seus moradores não estiveram alheios ao processo de exploração aurífera da Vila (GONZAGA, 1910, p. 13). Entretanto, destaca-se a relação do povoado com a pecuária e agricultura.

Depois de tanto tempo, ainda predomina na região moradores tradicionais, que mantêm vivos determinados aspectos da vida tradicional, tais como a manifestação da cultura imaterial da Caretada, na virada do dia 23 para o dia 24 de junho (MENESES, 2008, p. 68), a culinária tradicional e a agricultura familiar.





Na virada do dia 23 para o dia 24 de junho, um grupo de 12 pares de mascarados, metade travestido de homem e metade de damas, recebem a bênção do padre na Igreja de São Sebastião (FIGURA 9), saem, levantam o mastro com a bandeira de São João e depois fazem as apresentações das danças que homenagearão o santo. Neste dia, as ruas, estradas e fazendas do povoado ficam iluminadas com os clarões das fogueiras que crepitam à espera dos caretas. Quando saem para o *giro* no povoado, param em frente à cada uma delas e fazem sua apresentação. Isso ocorre por toda a noite e madrugada, até a manhã do dia 24. A parada acontece no almoço na casa do festeiro.

O festeiro sempre é escolhido por sorteio na Missa do dia 23, momentos antes da chegada dos caretas, com a presença da comunidade na Igreja. O nome sorteado será o do festeiro do próximo ano. Sua função será organizar a festa e o almoço do dia 24. A festa envolve a participação direta de um conjunto de famílias e indireta de toda comunidade, pois todos durante o período da novena, que antecede à saída dos caretas, participam com doação de alimentos e/ou recursos financeiros.

Este é considerado um dos principais momentos de afirmação da identidade sócio-cultural do lugar, pois neste dia (23), o povoado recebe visitantes de toda região, uma vez que o evento é divulgado pelos meios de comunicação na cidade. Também promove o fortalecimento da comunidade ao envolver grande parte dos moradores no evento, tanto em sua preparação quanto durante as apresentações.

No campo do patrimônio material, deve-se ressaltar o antigo cemitério que ainda permanece no mesmo espaço, próximo à Igreja de São Sebastião, além do altar, obra de escultor desconhecido que prima por aspectos do barroco muito próximos do altar das duas principais igrejas da cidade, a Igreja da Matriz de Santo Antônio (1746) e a de Nossa Senhora do Rosário (1744).

Uma parte significativa dos feirantes que vendem seus produtos na feira municipal, que acontece todos os sábados na cidade, produzem seus produtos em pequenas propriedades na região de São Sebastião em negócios que envolvem a família (FIGURA 10). Essas práticas ainda são muito presentes ali por seus habitantes ainda preservarem um contato muito forte com a natureza. O povoado, com exceção de algumas de suas ruas, é um emaranhado de edificações envolvido pela vegetação do cerrado.



Figura 8: Ed. Tradicional.



FOTO: Alexandre Gama (2010).

Figura 9: Caretas na Igreja.



FOTO: Alexandre Gama (2010).

Figura 10: Agricultura familiar.



Foto: Alexandre Gama (2010).

#### IV. Considerações finais

Como revelado, essas três regiões foram e continuam sendo reiteradamente negligenciadas pela historiografia tradicional e, sua importância para o desenvolvimento da cidade de Paracatu, negligenciado (para não dizer intencionalmente silenciada e apagada). Áreas da cidade que são hoje associadas à carência, foram no passado regiões que ajudaram a construir a imagem de fausto criada para Paracatu.

Percebemos com mais clareza as lutas pelas representações (CHARTIER, 1990) e a constituição de determinadas memórias e silenciamento de outras, em um jogo onde a



necessidade de se rememorar (BENJAMIN, 1987) cumpre o objetivo de trazer para a história, numa perspectiva Benjaminiana, aquilo que foi recalcado, apagado e silenciado.

Essa relação entre esses povoados, as manifestações culturais que lhes são comuns, as práticas tradicionais ainda presentes na região e essa comunicação entre suas práticas culturais é que faz percebê-las em conjunto, e não como áreas isoladas dentro do Município de Paracatu. Seja pela comprovação através da própria história, ou pelo vínculo existente entre suas manifestações culturais, essas paisagens devem ser pensadas e entendidas como um todo, um território ou rede cultural que ajuda a compreender a história e a memória de Paracatu até então somente percebida a partir de seu centro histórico. Regiões que a história das comemorações do aniversário da cidade insiste em esquecer ou apagar, mas que cabe a nós, trazê-las para o debate historiográfico e nos posicionar concedendo espaço para que outras memórias também possam ter sua voz ouvida e considerada por aqueles que tem a função de escrever a história a contrapelo (BENJAMIN, 1987).

## V. Referências:

- ÁVILA, Affonso. *Circularidade da ilusão e outros textos*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004.
- BARATA, José Henriques. *Paracatu Revivida*. Brasília: Editora Uberaba Ltda, s/d.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1995.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*. 13 ed., São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- BRAYNER, Natália Guerra. Sentidos dilatados: identidades e representação em Brasília. In: MATSUMOTO, Roberta Kumasaka; BARBATO, Silviane (Orgs.). *Oralidade e outras linguagens*. Cadernos Ceam-Necoim, n.15, UnB, Brasília, 2004.
- CARVALHO, Maria da Conceição Amaral Miranda de. *Paracatu: Morro do Ouro*. São Paulo, Ed. Abril S. A., 1992.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/Lisboa: Difel, 1990.



FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. *Diálogos*, Maringá, UEM, v. 10, n. 3, 2006, p. 79-88.

FONSECA, Cláudio Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2011.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República (Afrânio de Melo Franco e seu tempo)*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1955.

GONZAGA, Olympio. *Memória histórica de Paracatu*. Uberaba, Tip. Jardim e Cia., 1910.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36, jul/dez, 2006, p. 261-273.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Dossiê de tombamento do Núcleo Histórico de Paracatu*. Brasília, IPHAN, 2009.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MELLO, Oliveira. *As Minas Reveladas*. 2ª Ed. Paracatu, Ed. Da Prefeitura Municipal de Paracatu, 2002.

\_\_\_\_\_. *Paracatu do Príncipe: Minha Terra*. Patos de Minas, Ed. Da Academia Patense de Letras, 1978.

\_\_\_\_\_. *Paracatu do Príncipe: a Imemorial*. Paracatu, Ed. da Prefeitura Municipal, 1983.

\_\_\_\_\_. *Minhas opiniões. E as suas?.* Paracatu, Ed. Da Academia de Letras do Noroeste de Minas, 1998.

MENESES, Bruno Soares. *Relatório Antropológico Comunidade remanescente de quilombos São Domingos, Paracatu – Minas Gerais*. INCRA, 2008.

MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, Maria Efigênci Lage de; LILALTA, Luiz Carlos. *As Minas Setecentistas, I*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

NUNES, José Walter. *Patrimônios subterrâneos em Brasília*. São Paulo: Annablume, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 2, n. 3, 1989.



\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 5, n. 10, 1992.

ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2004.

SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto – Estado e sociedade nas Minas Gerais setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SILVEIRA, Marcus Marciano Gonçalves. *Templos modernos, templos ao chão: a trajetória da arquitetura religiosa modernista e a demolição de antigos templos católicos no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Média das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1999.